

# Processo de intervenção do turismo no desenvolvimento de comunidades litorâneas no Nordeste brasileiro

Débora Goes Urano <sup>1</sup>

Angélique Cochand <sup>2</sup>

Silvio José de Lima Figueiredo<sup>3</sup>

Resumo: A relação entre turismo e desenvolvimento foi pautada, nos últimos anos, principalmente, pelos aspectos econômicos da atividade. No entanto, discussões a cerca da concepção de desenvolvimento mostra que esse processo vai muito além do crescimento econômico, e se relaciona com a melhoria na qualidade de vida da comunidade local. Dessa forma, busca-se através deste trabalho estabelecer um diálogo entre as diferentes teorias de desenvolvimento e o turismo. Para tanto foi realizada uma análise comparativa das comunidades de Canoa Quebrada/CE e Maracajaú/RN, através de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório descritivo, em uma abordagem qualitativa que busca analisar o processo de intervenção do turismo no desenvolvimento de comunidades litorâneas no Nordeste brasileiro. O estudo mostrou que as duas comunidades encontram-se em momentos diferentes de desenvolvimento. Enquanto Canoa Quebrada sofreu profundas transformações em seu espaço devido à atividade turística, o que gerou diversos conflitos e problemas; Maracajaú encontra-se em um estado inicial no qual o turismo por meio de iniciativas privadas exógenas utiliza seu espaço, mas exclui a comunidade, que não consegue participar nem receber os benefícios com a atividade turística.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Turismo. Comunidades Litorâneas.

## INTRODUÇÃO

No final do século XIX, a praia começa a ser usada pela sociedade ocidental para banhos com fins de saúde. Médicos dessa época começaram a indicar a prática tendo como justificativa a busca de uma vida saudável. Posteriormente, os banhos no mar foram relacionados ao lazer, pois havia também a possibilidade de interação social nesse espaço. Hoje, essa característica da praia é consolidada: descanso, lazer, férias são algumas das palavras que surgem automaticamente quando o assunto é sol, mar, areia - ou seja - praia. É, portanto, consequência que o litoral seja relacionado ao descanso e ao lazer. Essas circunstâncias levaram a uma intensa ocupação do litoral que resultou em transformações significativas nessas regiões por todo mundo, inclusive no Brasil.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestranda em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). debby104@hotmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). angelique.cochand@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do NAEA/UFPA. Doutor em Comunicação (ECA/USP). Pós-Doutor em Sociologia pela Université René Descartes – Paris V Sorbonne. slima.figueiredo@uol.com.br

O turismo, por ser sinônimo, na sociedade, de descanso e lazer, exerce atividades intensas nas faixas litorâneas. Com isso, traz impactos para o desenvolvimento do local. Entretanto, sabe-se, que a relação entre desenvolvimento e turismo vem sendo pautada principalmente pelo aspecto econômico - nos benefícios financeiros, de emprego, renda e divisas - que a atividade turística é capaz de trazer a diversas localidades.

No entanto, são inúmeras as teorias de desenvolvimento que vêm sendo estudadas por diversas perspectivas, que vão além do crescimento econômico. Dessa forma, tratar de turismo e desenvolvimento requer um aprofundamento dessas teorias para que permita uma maior compreensão do fenômeno do desenvolvimento turístico.

O presente estudo centra-se no diálogo entre essas teorias e o processo de desenvolvimento das comunidades litorâneas impulsionado pelo turismo que permitirá uma maior compreensão de como a atividade turística intervém no processo de desenvolvimento dessas comunidades do nordeste brasileiro, promovendo o debate se é este o desenvolvimento que se busca ou não.

Assim, tem-se um estudo teórico de caráter exploratório, pois proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Gil, 1991); e descritivo, tendo em vista que descreve e analisa o processo de desenvolvimento sem interferir na relação entre variáveis (Prodanov e Freitas, 2013). Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos de periódicos, dissertações e teses defendidas a cerca das teorias de desenvolvimento e do processo histórico de desenvolvimento do litoral nordestino brasileiro.

Para uma maior compreensão do assunto foi realizada uma análise comparativa entre o processo de desenvolvimento de duas comunidades litorâneas, que sofreram uma intensa intervenção do turismo ; Canoa Quebrada, localizada no Litoral Leste do Estado do Ceará, e Maracajaú, localizada no litoral Norte do Estado do Rio Grande do Norte. O método comparativo busca a explicação de fenômenos através de comparações, verificando semelhanças e explicando divergências (Lakatos & Marconi, 2003). A análise realizou-se através de uma abordagem qualitativa, tendo em vista que busca “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (Richardson, 1989, p. 39).

O artigo apresenta-se em três partes. Na primeira parte estabeleceu-se uma discussão das teorias de desenvolvimento e como estas se relacionam com o turismo, em seguida, fez-se um apanhado histórico sobre o processo de desenvolvimento do litoral do Nordeste brasileiro e como o turismo contribui para este desenvolvimento; e, por último, apresenta-se a análise comparativa das comunidades litorâneas: Canoa Quebrada e Maracajaú.

## **DESENVOLVIMENTO E TURISMO**

O turismo é um fenômeno usualmente estabelecido como mecanismo de desenvolvimento de determinada localidade, principalmente no que diz respeito a países em

desenvolvimento. No entanto, para que se possa analisar essa relação entre desenvolvimento e turismo, torna-se necessário, primeiramente, que sejam feitas algumas reflexões a cerca das concepções de desenvolvimento, visto que existem algumas controversas nesse sentido.

Inicialmente, as questões sobre o desenvolvimento foram pautadas pelo crescimento econômico e na diminuição das desigualdades entre as nações, no que se refere à renda per capita e ao Produto Interno Bruto (PIB). Surgiram então diversas teorias que buscavam explicar e solucionar essas disparidades. Moreira (2012) define quatro campos teóricos centrais as quais estas teorias poderiam ser agrupadas: as teorias da modernização; as teorias da dependência; a teoria do sistema-mundo; e, a contrarrevolução neoclássica.

As teorias da modernização defendem que o crescimento econômico se dá pela superação de barreiras internas relacionadas à acumulação de capital pela indústria e o setor moderno e dão ênfase ao percurso a ser seguido pelas regiões pré-industriais para que se aproximem da renda per capita dos países industrializados.

Em meados dos anos de 1960, surgem teorias que apontam a dominação econômica dos países industrializados, ao invés dos fatores internos, como principal aspecto impeditivo para o desenvolvimento. As mesmas são divididas em dois grupos, sendo o primeiro com enfoque estruturalista composto pelos autores Raul Prebisch (1949), Celso Furtado (1973), Osvaldo Sunkel (1973). Já o segundo enfoque baseado no pensamento neomarxista abordado por Frank (1967), Dos Santos (1970) e Amin (1976).

Já na década de 1970, emergem algumas teorias críticas às teorias de modernização e da dependência. Estas defendem uma possibilidade de mobilidade vertical das economias dependendo das dinâmicas de acumulação de capital a nível mundial e das contingências e posicionamentos históricos dos diferentes países. As chamadas teorias do sistema-mundo foram lideradas por Wallerstein (1974, 1979, 1980).

Moreira (2012) aponta também a existência da contrarrevolução neoclássica, que se centra na relação Estado-mercado no desenvolvimento das nações, fazendo uma crítica ao ativismo estatal. Afirma, ainda, que o subdesenvolvimento tinha sua causa em problemas internos devido à excessiva intervenção do Estado e políticas econômicas não adequadas.

Essa noção de desenvolvimento pautada no crescimento econômico acabou por se tornando limitada mediante a complexidade e multiplicidade desse fenômeno, o que levou ao surgimento de novas abordagens que trouxeram novos aspectos para a compreensão de desenvolvimento (Moreira, 2012).

Dentro dessas novas abordagens surge a noção do desenvolvimento como liberdade, pensada por Sen (2000), que defende que uma concepção apropriada de desenvolvimento vai muito além da ideia de crescimento econômico, e deve estar relacionada com a melhoria de vida dos indivíduos assim como as liberdades que os mesmos desfrutam. Assim, para que o mesmo ocorra é necessário eliminar as fontes de privação de liberdade.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2000, p.18)

Nessa perspectiva libertária o desenvolvimento deve ser visto “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2000, p.52), deve ser centrado no agente (indivíduo que age e ocasiona mudança) e na sua capacidade de transformar e moldar seu próprio destino.

O autor considera, dentre outras, cinco liberdades instrumentais que contribuem para que as pessoas vivam de forma mais livre: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Essas liberdades instrumentais se inter-relacionam e se complementam. O processo de desenvolvimento é profundamente influenciado por estas interligações.

Outra concepção de desenvolvimento, que surgiu na década de 1970, foi a do ecodesenvolvimento, que vê o desenvolvimento e o meio ambiente como intrinsecamente conectados, no qual três aspectos são fundamentais: a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica. O conceito surgiu em 1972, na Conferência de Estocolmo, no período em que as questões ambientais emergiram com mais intensidade e a relação desenvolvimento/meio ambiente começa a ser discutida.

De Founex a Estocolmo e ao Relatório Brundtland tem-se a necessidade de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente transformados, atendendo às necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa da renda, a conservação dos recursos e enfatizando técnicas limpas de produção. (Sachs, 1993, p.21)

A concepção de ecodesenvolvimento, que, posteriormente, influenciou a idéia de desenvolvimento sustentável, busca um caminho intermediário entre o crescimento econômico necessário para a redução da pobreza, principalmente no Leste e Sul e a reversão do declínio ambiental, através da gestão racional dos recursos.

Sachs (1993) aponta, então, cinco dimensões de sustentabilidade que devem ser consideradas simultaneamente quando se planeja o desenvolvimento: sustentabilidade social, que busca a equidade na distribuição de renda, reduzindo a desigualdades sociais; sustentabilidade econômica, através de uma gestão mais eficientes dos recursos e fluxo regular de investimentos públicos e privados; a sustentabilidade ecológica, a qual devem ser observados, entre outros aspectos, o aumento da capacidade de carga do planeta, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos naturais, além da redução do volume de resíduos e de poluição; sustentabilidade espacial, a qual se refere a uma melhor e mais

equilibrada distribuição territorial rural e urbana; por fim, a sustentabilidade cultural, baseada no respeito às especificidades de cada cultura, de cada ecossistema e de cada local.

Ainda, como resposta ao desenvolvimento baseado na modernização e crescimento econômico das nações surge o conceito de desenvolvimento local baseado em teorias territorialistas que percebem uma diversidade de territórios existentes em âmbito infranacional. Estes diversos territórios necessitam de formas de desenvolvimento que atendam às necessidades de cada local, a partir das suas especificidades e do seu “potencial endógeno em recursos e capacidades”. (Moreira, 2013)

Nessa perspectiva, um dos principais aspectos do desenvolvimento local é o envolvimento da população, tendo em vista que o mesmo ocorre por meio de uma construção coletiva da comunidade, a qual irá orientar os rumos a serem seguidos.

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento (Martins, 2002, p.52).

O desenvolvimento local implica, portanto, em uma postura participativa da população. É através de uma efetiva participação popular que a comunidade poderá conduzir o processo de desenvolvimento, de forma democrática e protagonista, a fim de atender as necessidades coletivas.

Outro aspecto importante é a valorização dos recursos locais. Apesar dessa concepção de desenvolvimento não ter um caráter autossuficiente, o mesmo busca a superação das carências através dos recursos disponíveis no seu território.

Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar (Martins, 2002, p.53).

Dentro dessas novas abordagens percebe-se a importância da participação da população, sendo esta condição para que ocorra um desenvolvimento para além do crescimento econômico.

O turismo para a Organização Mundial do Turismo (OMT) é o deslocamento de pessoas para outros lugares em um período acima de 24h. Ao pensar o turismo como fenômeno, em sua plenitude, não faz sentido se ater ao conceito estabelecido pela OMT que tem caráter puramente positivista e não condiz mais com o que se propõe nos estudos sobre o tema. O turismo vai além do deslocamento de pessoas, apesar desse ponto ser fundamental para que o mesmo ocorra e envolve vários elementos. É preciso pensá-lo levando em consideração aspectos fundamentais como meio ambiente, economia e comunidade.

Por isso, para firmar uma relação entre turismo e desenvolvimento é preciso, portanto, uma visão centrada na comunidade como agente transformador, ou seja, que participa ativamente nas decisões e ações referentes aos caminhos a serem seguidos com a implantação do turismo. É necessário, também, que haja uma valorização dos recursos locais, que compreenda tanto a preservação dos ambientes naturais e culturais, quanto à promoção das capacidades locais para a atividade turística.

Então, percebe-se que o turismo precisa do meio ambiente e da cultura para sua (re)produção, porém estes dois pontos não dependem da atividade para sobreviver. Portanto, por existir essa relação de dependência do fenômeno com outros elementos, a atividade precisa atender às especificidades do local para que este não venha a degradá-lo e conseqüentemente chegar ao seu declínio. Como Hall (2004) afirma:

[...] os valores são parte essencial do planejamento turístico. O planejamento serve para auxiliar a determinar quem perde ou ganha no processo de desenvolvimento turístico, além de ajudar a contribuir para formas mais sustentáveis de turismo nas quais se vê o equilíbrio das metas econômicas, ambientais e sociais e que geram resultados mais justos às partes interessadas, o que significa não apenas os incorporadores, o setor turístico e o turista, mas também a comunidade maior cujo destino está sendo consumido.

Portanto, o turismo se bem planejado, pode trazer benefícios, amenizar impactos negativos no destino e conseguir desenvolver-se atendendo interesses dos atores envolvidos diretamente e indiretamente no processo de produção.

## **TURISMO EM COMUNIDADES LITORÂNEAS**

Quando se fala em comunidades litorâneas, faz-se importante mencionar as tradicionais, visto que faixas litorâneas são compostas basicamente de comunidades tradicionais que sofreram modificações ou ainda sofrerão no futuro. Modificações essas sejam vindas do turismo ou outras atividades econômicas implantadas no local.

As comunidades tradicionais como já diz o próprio nome são aquelas que mantêm o modo de vida tradicional que não sofreram muitas modificações culturais e têm costumes bem nítidos que são passados dos pais para os filhos ao longo dos anos. Para Kalikoski et al (2009, p. 162)

Ainda, relacionadas à atuação deficiente de instituições que atuam junto às populações tradicionais, são citadas a falta de suporte técnico e científico no

manejo e na conservação dos recursos e a não inclusão das populações e de seu conhecimento local/tradicional nas pesquisas científicas.

Poucas são as comunidades que conseguem permanecer intactas às influências externas, ou melhor, às influências do sistema capitalista que requer consumo constante. Portanto, é difícil atualmente encontrar comunidades tradicionais imunes aos elementos ditos modernos, resultado da própria globalização. Esses processos interferem primeiramente na cultura da comunidade em questão, no seu modo de vida e costumes.

Além da cultura, geralmente existe um modo de produção específico dessas comunidades que afeta diretamente a economia do local. Geralmente, na medida em que o desenvolvimento tecnológico se expande, essas populações são afetadas e sentem-se pressionadas a se adaptarem para se encaixar na sociedade globalizada. Vale lembrar que dentro dessas comunidades tradicionais, tem-se, por exemplo, aldeias de índios, comunidades de pescadores, agricultores, dentre outras. Nas faixas litorâneas, localidades do presente estudo, tem-se as comunidades tradicionais pesqueiras.

O turismo é uma das atividades que se aloca em comunidades pesqueiras, devido às paisagens que estas localidades possuem, visto que praias, como dito no início do texto, são sinônimos de descanso e prazer, dois fatores que o turismo exige para seu desenvolvimento. Quando o turismo começa a se inserir nas vilas de pescadores, geralmente a primeira atitude dos autóctones está em alugar casas por ser um meio mais rápido e fácil de ganhar o dinheiro. Muitas vezes, a população local deixa suas casas durante a alta temporada para alugar, se dirigem para um lugar distante ou ficam em quartos pequenos próximos à casa. Santos (2010) diz que, “é como se um novo espaço começasse a emergir com a chegada do verão: a vila de pescadores transforma-se em espaço turístico”. Para reforçar, Diegues (1999, p. 365) em seu estudo na Bahia diz:

Em sua última estadia na comunidade, em 1980, a situação tinha se transformado ainda mais, sobretudo pela abertura de uma estrada asfaltada ligando Arambepe a Salvador. Com ela, o turismo se intensificou ainda mais e se transformou na atividade mais importante na comunidade. Nesse ano, o número de pescadores tinha se reduzido a metade em relação a 1973 e a atividade tinha sofrido grandes transformações, com a introdução da pesca empresarial-capitalista, que usava sobretudo a força-de-trabalho migrante, exterior à comunidade. Inúmeras famílias passaram a viver de serviços a turistas (aluguel de casas, embarcações).

O relato anterior retrata bem como que o turismo muda o quadro de uma comunidade, principalmente, uma vila de pescadores que tem uma tradição e por consequência uma cultura que difere bastante do turismo. Todavia, sabe-se que estas comunidades têm o poder de manejar o turismo de forma adequada, pois conhecem de forma mais abrangente e aprofundada o lugar, fator esse muitas vezes ignorado pelos gestores da atividade.

Essas comunidades também compõem o litoral nordestino brasileiro que é caracterizado por uma faixa litorânea de 2500 Km de extensão, uma variedade significativa de atrativos naturais e culturais, altas temperaturas e muitos dias de sol por ano. Essas características, consideradas vantagens comparativas<sup>4</sup>, viabilizaram a expansão da atividade turística na região. Para entender melhor o panorama atual do litoral brasileiro, faz-se necessário um breve conhecimento histórico do processo de ocupação através do turismo, lembrando que a implantação da atividade turística em uma localidade remete a entrada de outras atividades também, geralmente não se concentrando apenas no turismo.

No final dos anos 1960, a busca do litoral para a construção de segundas residências acarretou um processo de transformações ao longo da costa brasileira. Nesse período foram construídos vários loteamentos, condomínios fechados e balneários pela iniciativa privada que levou a uma nova configuração na orla marítima (Dantas, 2003).

Até o final da década de 1970, a atividade turística no Nordeste brasileiro se concentrava nas capitais, e os espaços entre elas eram ocupados ainda por espaços naturais, antigos povoados e pequenos núcleos urbanos tradicionais. A partir da década de 1980, o turismo passa a ser visto como alternativa econômica para essa região, possibilitando a minimização das disparidades regionais e promovendo o desenvolvimento regional (Fonseca, 2005). Intensifica-se, então, a atividade turística, tendo ainda como o foco as capitais e os espaços em seu entorno, onde se concentravam a infraestrutura viária e turística (Araújo & Moura, 2007).

A partir da década de 1990, busca-se a expansão da atividade, sendo criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), para prover a região de infraestrutura básica e atrair investimentos privados. O PRODETUR-NE foi implantado através de financiamentos internacionais, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que definia critérios específicos para a condução da atividade. Dessa forma, supria-se a autonomia e a liberdade tanto do poder público quanto da comunidade local como aponta Fonseca (2005, p.74):

A aprovação do financiamento do PRODETUR/NE, por exemplo, esteve atrelada aos critérios adotados pelo BID. Essa é, aliás, uma das formas pelas quais as instituições globais podem definir conteúdos ou características assumidas pelo espaço de âmbito local, no contexto da globalização.

Nesse momento, inicia-se uma internacionalização da região, através da submissão de áreas estratégicas do litoral, cuja organização espacial é ditada mais intensamente de acordo

---

<sup>4</sup> De acordo com Crouch & Ritchie (1999), em seu texto "Tourism, Competitiveness and Societal Prosperity", as vantagens comparativas se referem aos recursos locais disponíveis em um destino, que podem ser tanto naturais quanto construídos, como as paisagens naturais, história e cultura local, o conhecimento, infraestrutura, entre outros. Estas se diferenciam das chamadas vantagens competitivas que se referem a capacidade do destino de utilizar esses recursos de forma efetiva.



com interesses exógenos. Esse processo pode ser caracterizado pela implantação de grandes empreendimentos hoteleiros como o Complexo Sauípe (BA) (Araújo & Moura, 2007).

Araújo e Moura (2007), apontam, ainda, outra forma de internacionalização do litoral nordestino através da apropriação dos espaços por estrangeiros, principalmente europeus, que compram casas, terrenos a fim de construir hotéis, pousadas e restaurantes. Ressalta-se, no entanto, que essa ocupação exógena não é só por estrangeiros, mas também por pessoas vindas de outras regiões do Brasil principalmente Sul e Sudeste. Essa ocupação por parte de pessoas vindas de outros estados, de outros países e dos empreendimentos turísticos, muitas vezes, afasta a população da sua localidade e anula sua capacidade e competência endógenas para o desenvolvimento.

A ocupação das áreas costeiras tem penalizado essas populações, seja pela restrição de acesso aos recursos naturais e a terra, seja pela dificuldade de inclusão dessas populações de forma significativa nas atividades turísticas emergentes. (Araújo & Moura, 2007, p.102)

Dessa forma, a região litorânea do Nordeste brasileiro se tornou alvo de uma intensa urbanização nas últimas décadas, inicialmente pelo movimento de segundas residências e de forma mais intensa com a atividade turística, apontada como solução para a diminuição das disparidades entre as regiões do Brasil.

No entanto, Cruz (2006) afirma que a distribuição de riqueza dentro do espaço turístico não ocorre de forma igualitária. Muitas vezes, as transformações ocasionadas nesses espaços, devido ao turismo, não necessariamente acarretaram uma melhoria nas condições de vida e de renda. O que acontece em decorrência do processo de valorização turística do litoral é uma apropriação de espaços, antes utilizados pela comunidade local, pelo capital privado.

Ocorre, então, o afastamento da comunidade local que assiste as transformações no uso e ocupação do espaço, sem participar efetivamente das decisões e ações referente construção da atividade turística na localidade.

No que diz respeito ao turismo como um todo, sabe-se que a comunidade pode tanto contribuir no desenvolvimento sustentável do destino, mas também provocar sérios impactos durante o seu envolvimento no turismo, tudo depende de como, quando e onde estão sendo realizados os serviços.

Portanto, se não houver um planejamento correto, o desenvolvimento do turismo na localidade tende a correr em direção ao “turismo de massa”, passando a atuar negativamente nos locais. Mendonça afirma que (2001, p. 22):

Na formação dos centros turísticos, a população nativa é freqüentemente afastada de seu local de moradia e atividade de origem. Isto se dá das mais diversas formas, seja fisicamente, vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar, seja participando informal e marginalmente da economia, seja

menosprezando seus próprios valores culturais e submetendo-se aos novos, trazidos pelos turistas.

É necessário que a comunidade seja inserida na atividade turística de modo que esta participe de todo o processo, desde o planejamento à execução, visto que as comunidades conhecem melhor as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação. Sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística (Mendonça, 2001).

O turismo muitas vezes é planejado sem levar em consideração a comunidade no processo ou até mesmo no próprio desenvolvimento da atividade. Essa acaba entrando na invisibilidade do destino e posta como pano de fundo que serve apenas como atrativo aos visitantes, visualizada como produto do pacote turístico pelos gestores do turismo e pelos próprios turistas.

## **OS CASOS DE CANOA QUEBRADA/CE E MARACAJÁ/RN**

### **Canoa Quebrada**

Canoa Quebrada está localizada na área litorânea do município de Aracati, Litoral Leste do Estado do Ceará, a 165 Km da capital. Situa-se em uma superfície plana entre dunas e falésias, que ultrapassam 30 metros. Segundo Siqueira (2013) o povoamento dessa localidade teve seu início na faixa de praia localizada abaixo das falésias. A partir do século XX, com o avanço do mar a comunidade foi forçada a transferir suas residências para cima das falésias. Atualmente, à beira-mar não se encontram mais residências, somente barracas de praia.

Até a década de 1970, o povoado era caracterizado pela atividade de pesca e produção de labirinto, e dependia economicamente da sede, pois a produção de artesanato e o excedente da pesca eram vendidos na cidade, além da aquisição de produtos não produzidos na localidade (Dantas, 2003).

A partir da década de 1970, no entanto, o vilarejo tem sua urbanização impulsionada devido ao desenvolvimento da atividade turística. Segundo Siqueira (2013) o desenvolvimento do turismo em Canoa Quebrada ocorre em três momentos. O primeiro momento, marcado pela descoberta desse espaço geográfico, pelo turismo, se dá a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Nesse período começa a chegada de jovens mochileiros em busca de um novo “paraíso”. É a partir desse período que começam a surgir às primeiras iniciativas para hospedar esses visitantes. A hospedagem era feita nas residências dos pescadores, que ofereciam ainda as refeições diárias.

Dantas (2003) coloca que com o aumento do número de visitantes e o interesse de pessoas vindas de outras localidades, há uma valorização da terra como instrumento de

acumulação, que levou a um processo intenso de especulação imobiliária. Nesse sentido a terra deixa de ter um valor exclusivamente de uso para ter um valor de troca e se disputada pelos seus próprios moradores. Além desta disputa interna ocorre, também, uma luta externa com pessoas que tentaram se apropriar de espaços de Canoa Quebrada através de usucapião, o que ocasionou vários conflitos e revolta da população local (Dantas, 2003).

Inicia-se, então, o segundo momento, que ocorre na década de 1990, e é marcado pela consolidação do destino, o aumento do fluxo de turistas, o crescimento no número de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas, etc, e melhorias em infraestrutura básicas. O investimento do setor público em infraestrutura como energia elétrica, água encanada e estradas, estimulou a instalação de empreendimentos ligados à iniciativa privada, criando condições para a expansão da atividade turística. Assim, surgem vários empreendedores, tanto provenientes de outros estados brasileiros, como de outros países, como Itália, Holanda, Espanha, entre outros. Dessa forma, inicia-se um processo de especulação imobiliária e construções desordenadas de segundas residências e empreendimentos turísticos, que vão ocupando o espaço e causando diversos impactos tanto sociais, quanto econômicos e ambientais como mostra Siqueira (2013, p. 113):

Apesar do crescimento, a distribuição espacial da riqueza não foi a mesma, a maior parte da população de Canoa viu a economia se dinamizar e assistiu a profundas transformações em seu território, sem que fosse beneficiada com ganhos financeiros e melhores condições de vida. Ao contrário, presencia-se na comunidade uma favelização em decorrência da falta de políticas públicas, observando-se pelas ruas desordenadas, a falta de saneamento básico, que redundava na acumulação de entulhos e lixo, entre outros problemas relacionados ao crescimento do território turístico.

Em resposta a esse desordenamento espacial, é criada, em 1998, uma Área de Proteção Ambiental (APA) de Canoa Quebrada, conforme a Lei 40/98. (Lima e Esmeraldo, 2011). A APA compreende, atualmente, um trecho da faixa litorânea do Município de Aracati, incluindo falésias, dunas móveis e fixas, mangue, mananciais e lagoas, além dos povoados de Canoa Quebrada, Estêvão, Canavieira, Cumbe e Beirada.

No entanto, Souza e Silva (2010) informa que mesmo com a criação da unidade de conservação os problemas ambientais continuam a ocorrer, ocasionados, principalmente, pelas atividades antrópicas. Estas atividades antrópicas estão ligadas as construções irregulares ligadas ao turismo e ao veraneio.

Já no terceiro momento, que se inicia a partir de 2000, há a modernização do setor hoteleiro, de alimentação e prestação de serviços com o surgimento de novos hotéis, pousadas, bares e restaurantes com construções, tecnologias e prestação de serviços mais modernos, além da adaptação dos antigos empreendimentos. Durante esse período, é

realizado um projeto de requalificação de Canoa Quebrada (no ano de 2002), através da instalação de infraestrutura básica, como saneamento, energia elétrica, pavimentação das principais vias de acesso, estacionamento para ônibus de turismo, e construção de um pólo de lazer e tratamento paisagístico da Praça Dragão do Mar (Lima e Esmeraldo, 2011).

Canoa Quebrada deixa de ser uma pequena vila de pescadores, para se tornar um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará. O aumento da atividade turística trouxe recursos e melhoria na infraestrutura do local como água tratada, pavimentação de algumas ruas, construção de espaços de lazer, além do aumento do poder de compra e da capacidade laboral (Lima & Esmeraldo, 2011)

As figuras 1 e 2 mostram a transformação ocorrida na rua principal de Canoa Quebrada, conhecida como Broadway, com o projeto de requalificação.

**Figura 1: Broadway antes da projeto de requalificação**



Fonte: (Dantas, 2007)

**Figura 2: Broadway depois do projeto de requalificação**



Fonte: (Siqueira, 2013)

Durantes as últimas quatro décadas a comunidade de Canoa Quebrada assistiu a uma intensa entrada de investimentos privados externos e especulação imobiliária que geraram

diversos conflitos com a população local. As principais pousadas são propriedades de pessoas de fora (de outros estados e outros países), para a população local sobrou apenas poucas pousadas e quartos ou casas para aluguel de temporada. As atividades tradicionais perderam lugar para as ocupações ligadas ao turismo, havendo uma perda da valorização da cultura local (Lima & Esmeraldo, 20011)

Ocorreu, também, a expansão de construções irregulares e uma ocupação espacial desordenada, que vem ocasionando diversos problemas ambientais, de ordem natural e urbana, como o desmonte de falésias, terraplanagem de dunas, impermeabilização do solo, contaminação do lençol freático; além de congestionamento, poluição sonora e visual, entre outros (Dantas, 2007). A urbanização e crescimento espacial ocorrido nas últimas quatro décadas, com a ocupação em dunas e falésias, pode ser observado nas Figuras 3 e 4:

**Figura 3: Foto aérea de Canoa (1986)**



Fonte: (Dantas, 2007)

**Figura 4: Foto aérea de Canoa (2013)**



Fonte: (Siqueira, 2013)

Assim, apesar dos benefícios de ordem econômicos e estruturais, a expansão da atividade turística não refletiu, efetivamente, na valorização dos recursos locais, nem na ampliação das capacidades, competências e liberdades da população local.

## **Maracajá**

A comunidade de Maracajá está localizada no município de Maxaranguape, no Estado do Rio Grande do Norte, a 54 km de Natal (capital do Estado), tem aproximadamente 2.000 habitantes. Maracajá é uma vila de pescador que tinha como base econômica a pesca, e era conhecida também como “Vila dos pescadores”. Paiva (1997, p. 10), em seu estudo de caráter histórico sobre a comunidade de Maracajá, afirma que “a atividade pesqueira tem, pois, uma função vital na história econômica e sócio-cultural da vila, sendo por isso o fator primordial na sua transformação”. Então, Maracajá, de início foi uma vila de pescador dotada de modos de vida próprios.

“As atividades econômicas desenvolvidas na APARC são: o turismo, quase que totalmente no parracho de Maracajaú e a pesca artesanal desenvolvida (Silva, Ferreira e Amaral, 2009, p. 89).” Para melhor entendimento, durante muitos anos, a principal fonte de renda da população de Maracajaú era a pesca, o peixe lá era abundante e conseguia suprir as necessidades de seus moradores – prática essa que fazia parte do dia a dia do morador daquela região. Os horários de pesca eram bem estabelecidos, os pescadores passavam horas no mar, mas satisfeitos com os resultados de seus esforços. Porém, ao longo dos anos, percebeu-se que algumas espécies entraram em extinção, em consequência disso, entraram em vigor restrições para proibição da pesca de diversos tipos de peixes.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de preservação do local, levando ao controle do seu uso. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA)<sup>5</sup>, então, criou a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais do Rio Grande do Norte (APARC-RN) através do Decreto Estadual nº 15.476, de 06 de junho 2001, com o objetivo de preservar os corais ali existentes e é atualmente responsável pela gestão da APA. Existe, como toda APA, seu conselho gestor composto por representantes prefeituras e câmaras municipais de Rio do Fogo, Touros e Maxaranguape; colônias de pescadores de Touros, Rio do Fogo e Maracajaú; Secretaria Estadual de Turismo (SETUR); Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); representante da atividade de Mergulho Recreacional, Turístico e de Lazer; representante dos Empresários de Turismo; representante da Associação de Moradores das praias do município de Maxaranguape e representante da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (SEAP) (Silva, Ferreira, Amaral, 2009) para controle das atividades desenvolvidas na área.

A APARC tem três parrachos<sup>6</sup> que são as principais belezas da região e uma área bastante sensível à ação humana: Cioba, Maracajaú e Rio do Fogo. Sendo o parracho de Maracajaú com aproximadamente 9 km de comprimento e 3 km de largura.

Após esse marco, a vida da comunidade mudou bastante e esta sofreu transformações impactantes em seu estilo de vida, pois a pesca não supre mais as necessidades dos mesmos. Levando-os a procurar outras fontes de renda.

Um pouco antes disso ocorrer, em 1999, inaugurou-se na região, o Manoa Park, um parque aquático hoje bem consolidado no mercado que leva diversos visitantes para a região, mais especificamente para o parque em questão. Ainda nesse ano, Maracajaú entrou no Pólo Costa das Dunas<sup>7</sup>. Além desse parque, empresas se instalaram na região para realizar

---

<sup>5</sup> 4 a promoção de educação ambiental; licenciamento e revisão de atividades potencialmente poluidoras; zoneamento ambiental; aplicação de penalidades disciplinares e compensatórias; implantação de unidades de conservação; controle ambiental; e controle florestal (IDEMA, 2014).

<sup>6</sup> Nome popular na comunidade para designar a formação de corais.

<sup>7</sup> O planejamento do turismo no Rio Grande do Norte é feito por meio da definição de pólos, sendo cinco deles: Pólo Costa das Dunas, Pólo Costa Branca, Pólo Seridó, Pólo Serrano e Pólo Agreste/Tairí.

mergulhos nos parrachos para observação dos corais. Silva, Ferreira e Amaral (2009p. 89) afirmam que “seis empresas e a Colônia dos Pescadores de Maracajaú têm autorização para desenvolver o mergulho turístico recreativo e de lazer no Parracho.”

**Figura 3: Praia de Maracajaú**



Fonte: Cochand (2011)

Hoje, o parque e os mergulhos ainda funcionam e estas duas atividades levam muitos visitantes para a região, fazendo com que a principal fonte de renda da localidade seja o turismo. Porém, sabe-se que a atividade turística ali desenvolvida é operada por empresas privadas que não tem ligação com a comunidade e que se instalaram na localidade. A comunidade não obtém retorno com a vinda desses visitantes, já que os clientes dessas empresas não chegam a visitar a comunidade na sua estadia, pois o trajeto para se chegar no parque não passa pela vila. Visto que os recifes de corais são os principais atrativos do local, as visitas geralmente se fazem em menos de 24h e Maracajaú é um destino de passagem no Rio Grande do Norte e onde os turistas realmente não se hospedem. Geralmente são levados pelos ônibus das empresas diretamente para o local para passar o dia.

A comunidade, após perceber nesses visitantes uma oportunidade de complementar sua renda, começou a demonstrar interesse em envolver-se na atividade turística. Depois da criação da APA, a atividade turística passou a ser a única atividade que contribui financeiramente para a manutenção da mesma através de duas taxas pagas pelas empresas, uma à prefeitura de Maxaranguape e outra ao IDEMA (Silva, Ferreira; Amaral, 2009). Após alguns entraves com o órgão gestor da APARC-RN, os pescadores conseguiram cotas para poder levar turistas em suas jangadas, todavia, sofrem com a concorrência das empresas ali já consolidadas e com a própria captação de visitantes, já que estes não passam pela vila.

**Figura 4: Embarcações na Praia de Maracajaú**



Fonte: Cochand (2011).

A fim de tentar resolver as questões que vem enfrentando para se estabelecer no cenário turístico da região, a comunidade resolveu montar a Associação de Turismo de Base Comunitária de Maracajaú (ATBCM), que visa justamente reforçar a participação comunitária no turismo. Porém, a associação vem enfrentando uma série de obstáculos para dar mais vida à associação, obstáculos tanto do setor público como o privado. A ATBCM foi constituída em 18 de julho de 2010. As finalidades desta são, de acordo com seu estatuto (2010):

- Promover o turismo de base comunitária;
- Promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- Promover o desenvolvimento local;
- Promover a cultura, a arte, o esporte e o lazer;
- Representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, quando expressamente autorizados.

A ATBCM tem sua Diretoria composta por Coordenação Executiva; Coordenação Financeira e Secretaria Geral. É possível perceber, após as primeiras vistas da pesquisa, um crescente desânimo por parte da comunidade em dar continuidade à associação devido aos entraves que esta sobre para prosseguir nos seus objetivos.

Percebe-se ainda que a implementação da atividade turística em Maracajaú não trouxe benefícios para o local em específico, pois o único interesse que existe naquela localidade por parte das empresas é a exploração turística dos recifes de corais. Maracajaú serve apenas como um local de apoio para os estabelecimentos das empresas que realizam os mergulhos, não há benefícios diretos para a localidade com a vinda dessas empresas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do litoral nordestino está fortemente atrelada ao movimento de segundas residências e a expansão da atividade turística, centrados em investimentos privados nacionais e internacionais e por uma intensa especulação imobiliária. Esse processo acabou deixando à margem do desenvolvimento as comunidades locais, que sem participarem das decisões e ações a cerca dos caminhos dessas transformações, tiveram suas capacidades e competências anuladas, tendo que se adaptar a novos usos e ocupação de seu espaço e sofrer com problemas de natureza ambientais, sociais e culturais. As duas localidades apresentadas no estudo, apesar de serem comunidades pesqueiras, ambas vivem realidades diferentes com a atividade turística no seu espaço. De um lado, tem-se Canoa Quebrada que sofreu um *boom* do turismo, com ocupações transformadoras na comunidade, e que ocasionou desigualdades sócioespaciais, provocando conflitos. De outro lado, tem-se Maracajaú, que se apresenta na fase inicial dos conflitos provindos da implantação do turismo.

Porém, as duas comunidades viram no turismo uma forma de complementar sua renda e tentam se inserir na atividade. Em Maracajaú, se a inserção da comunidade na atividade for bem planejada e de real participação, existe uma possibilidade de trazer um desenvolvimento equilibrado para a vila, sem que haja transformações significativamente negativas para ela. Contrariamente, Canoa Quebrada, Maracajaú ainda não tem instalações de grande porte, como hotéis, em sua comunidade. Portanto, é possível o desenvolvimento da atividade abrangendo os três principais pilares da sustentabilidade nessa região. Em Canoa Quebrada, mesmo com a tentativa de inserção da comunidade, percebe-se uma maior dificuldade em resgatar aspectos fundamentais do destino, pois tanto em termos espaciais como logísticos, a atividade turística já se apoderou de forma significativa da região e já modificou o modo de vida da população residente.

É quase obrigatório que o turismo contribua para o desenvolvimento de uma localidade, pois o tempo de vida do destino pode entrar em declínio caso isso não ocorra. O turismo, portanto, precisa ser desenvolvido de forma que não se enfoque apenas o lado econômico da atividade para sobrevivência dos destinos, mas também os aspectos sociais e ambientais, promovendo, um desenvolvimento sustentável dentro da atividade turística que possa fortalecer as capacidades, competências e liberdades da comunidade local.

## REFERÊNCIAS

Araújo, L. M.; Moura, F. B. P. (2007). A expansão do turismo na zona costeira nordestina: Crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: Coriolano, L. N. M. T.,

- Vasconcelos, F. P. *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE.
- Cruz, R. C. (2006). Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G. de, ARROYO, M., e SILVEIRA, M. L. *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Dantas, S. C. (2003) *Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Fonseca, M. A. P. (2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal/RN: EDUFRN.
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projeto de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos*. 2. ed. São Paulo. Contexto.
- Kalikoskil, D. C. Seixas, C. S. Almudi, T. (2009). *Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios*. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas v.XII, n. 1.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lima, I. S. M.; Esmeraldo, L. R. A. (2011). A atividade turística e os conflitos relacionados ao meio ambiente na praia de Canoa Quebrada em Aracati – Ceará. In: Mota, K. C. N.; Aragão, A. R. F. (org.). *Educação tecnológica: teoria e prática do turismo, da hospitalidade e do lazer*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. Martins, S. R. O. (2002). *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v.3, n.5, p.51-59.
- Mendonça, R. (2001) Turismo ou Meio Ambiente: Uma Falsa Oposição. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges De (org.). *Turismo: Impactos Socioambientais*. - 3º ed. – São Paulo: Hucitec.
- Moreira, S. B.; Crespo, N. (2012). *Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento*. Revista de Economia, V.36(2); p.25-50.
- Paiva, E. V. de. (1997). *Pensando Maracajaú: uma vila de pescadores*.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (2ed). São Paulo: Atlas.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.
- Santos, R. J. dos. Arantes, E. M. (2010). *Turismo e dinâmica cultural em uma comunidade de pescadores artesanais: o caso do Farol de Santa Marta em Laguna* (sc)1. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.v. 4, n. 1.abr.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, C. B. da. Ferreira, R. G. Amaral, R. F. do. (2009). *Análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC (RN)*. Caderno Virtual de Turismo. v. 9, n. 2, p. 85-102.

- Siqueira, F. de S. (2013). *Aracati/CE: Das charqueada ao polo turístico de Canoa Quebrada*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Souza, T. C.; Silva, E. V. (2010). *Planejamento e gestão ambiental: análise integrada da Praia de Canoa Quebrada em Aracati-CE*. II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra